

# OS BENEFÍCIOS DO RACISMO PARA O CAPITAL

Lisandro Braga

Apesar da crença consolidada de vivermos em uma democracia racial, na qual a miscigenação tem servido de argumento para afirmar o quanto é harmoniosa a relação entre brancos e negros, as estatísticas de bem estar social têm nos mostrado o quanto é imensa a distância que separa a minoria privilegiada da população branca da maioria da população negra pobre em relação à participação nos diversos setores e instituições sociais – alimentação, saúde, educação, moradia, segurança, lazer. A falta de conhecimento sobre os verdadeiros motivos que explicam essa distância tem contribuído para a produção, reprodução e manutenção do preconceito racial, tanto do branco contra o negro, quanto do negro contra seu próprio grupo de pertença racial.

O argumento – racista - mais utilizado para explicar os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos negros é o que encara a cor da pele e as características fenotípicas como diferenciador de raças vistas como superiores e/ou inferiores. Dessa forma, segundo Souza,

“a questão racial está, portanto, manipulada de forma a conservar os segmentos e grupos dominados dentro de uma estrutura já estabelecida e assim se confunde o plano miscigenatório, biológico, com o social e econômico. As oportunidades de trabalho e ascensão social não são idênticas para negros e brancos, mas joga-se sobre o negro a culpa de sua inferioridade social, econômica e cultural” (apud FERREIRA, 1991, p. 38).

Argumentos desse tipo têm favorecido a introjeção, por parte do negro, de um julgamento de inferioridade que o faz acreditar que sua situação social se deve ao fato de pertencer a determinado grupo racial e não às condições opressivas e desiguais que marcaram a história secular de milhares de homens e mulheres nesse país.

Vivemos em uma sociedade racial e culturalmente desigual, onde os valores determinados por uma cultura burguesa de matrizes branco-européia são encarados como superiores, em detrimento da desvalorização de outras matrizes culturais, como a do negro, pois, no Brasil, as características raciais estão intensamente associadas a condições sociais deploráveis. Este fato vem se desenvolvendo historicamente desde os tempos da escravidão, foi mantido após a abolição e ainda está presente.

Mas como tal realidade foi construída? De onde vem esse racismo que mantém quase metade da população nacional em precárias condições de sobrevivência? O racismo é fruto do capitalismo comercial europeu do século XVI, que ao necessitar de extensa mão-de-obra para as lavouras produtoras de matérias-primas e gêneros tropicais da América, elaborou teorias que “justificaram” a escravidão, excluindo da raça humana os negros, que passaram a ser considerados “desalmados”, portanto, passivos de se tornarem escravos. Percebe-se que, o racismo é fruto da necessidade da burguesia comercial européia de acumular capital. Apesar de essa explicação ser, até certo ponto, convincente, por si só a escravidão e toda herança colonial gerada pela mesma não são suficientes para explicar as desigualdades raciais contemporâneas.

Outro argumento que, embora seja comum, demonstra-se como sendo um equívoco interpretativo, é o que afirma a existência da ideologia racista - que tende a afirmar a existência de raças superiores e raças inferiores e que, portanto justificaria escravização das últimas sobre as primeiras - como algo anterior à escravidão moderna ocorrida nas Américas. A base explicativa de tal argumento seria a existência de tal ideologia já nas sociedades escravistas da Antiguidade Clássica, porém, nem mesmo em tais sociedades tal afirmação era aceita plenamente, inclusive a própria concepção aristotélica de escravidão natural não era aceita sem contestações. Na Antiguidade Clássica a escravidão era justificada pela sua utilidade e não por critérios raciais. O escravo geralmente era prisioneiro

de guerra ou escravo por dívidas e isso independia da sua pertença racial, visto que vários escravos pertenciam à mesma raça dos seus escravizadores. Não havia na Antiguidade Clássica uma necessidade de justificar a escravidão a partir da ideologia racial, e isso se explica pela natureza das relações sociais desse período que eram marcadas por uma rígida divisão hierárquica e na divisão de grupos legalmente desiguais – cidadãos e escravos -, nas quais o escravo estava submetido à força física do seu proprietário que dispunha até mesmo do direito de matá-lo. Portanto, percebe-se que “em sociedades tão hierárquicas a escravidão era apenas um dentre o espectro de vários status desiguais, não requerendo explicação especial”.<sup>1</sup>

De acordo com Wood,

“uma comparação com os outros únicos exemplos históricos de escravidão na mesma escala irá ilustrar o fato de nada haver de automático na associação de escravidão com racismo tão violento, e pode mesmo sugerir que há algo específico ao capitalismo nesse efeito ideológico. Na Grécia e na Roma antigas, apesar da aceitação quase universal da escravidão, a idéia de que ela se justificava pelas desigualdades naturais entre seres humanos não era um valor dominante. A única exceção importante, a concepção aristotélica de escravidão natural, nunca foi aceita. A opinião mais comum parecia ser a de que a escravidão era uma convenção, ainda que universal, que se justificava simplesmente com base na sua utilidade. De fato, aceitava-se até mesmo que instituição tão útil seria contrária à natureza. Essa visão aparece não somente na filosofia grega, mas eram também aceita no direito romano, no qual havia um conflito reconhecido entre o *ius gentium*, o direito convencional das nações, e o *ius naturale*, o direito da natureza” (2003, p. 230).

E porque então o capitalismo necessitou justificar a escravidão no novo mundo? Que interesses existiam por de trás de tais justificativas? O período no qual o capitalismo veio se consolidando como modo de produção dominante – século XVII e XVIII -, foi marcado por uma série de revoluções burguesas contra a estrutura que ficou conhecida como Antigo Regime. Tal estrutura era marcada por uma rígida divisão estamental na qual a burguesia, apesar de ser uma classe rica, estava excluída de toda participação política e social. Para romper com essa situação, a burguesia, juntamente com seus ideólogos, elaboraram uma série de filosofias denominadas iluministas, nas quais defendiam o uso da razão, da ciência, da dúvida metódica e do método experimental, como caminhos para se atingir o progresso da humanidade. Camuflado pelas idéias humanitárias de liberdade, igualdade, fraternidade, cidadania, direitos do homem etc. é que a burguesia promoveu uma série de revoluções para adquirir participação política e implementar a teoria liberal de livre mercado, livre concorrência, leis econômicas da oferta e da procura etc. Essas concepções de liberdade e igualdade – burguesa – se resumiam em afirmar a existência de indivíduos formalmente livres e iguais, e portanto, “dispostos” – nesse caso os trabalhadores - a venderem sua força de trabalho aos capitalistas. Porém, nesse mesmo período tal burguesia se enriquecia e acumulava capital com mão-de-obra escrava africana em duplo sentido, através do tráfico negreiro e através da exploração do trabalho escravo nas lavouras de gêneros tropicais e matérias-primas da América.

Com o intuito de superar tal contradição – exigência de igualdade e liberdade de um lado; e escravidão do outro – é que os ideólogos burgueses elaboraram teorias que “justificaram” a escravidão, afirmando não serem os africanos seres humanos, ou que os mesmos pertenciam às raças ditas inferiores. O racismo “formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante”<sup>2</sup>. Pois,

“enquanto cresciam a opressão colonial e a escravidão nos postos avançados do capitalismo, cada vez mais a força de trabalho de metrópole se proletarizava; e a

<sup>1</sup> Callinicos, Alex. Capitalismo e Racismo. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>

<sup>2</sup> Callinicos, Alex. Capitalismo e Racismo. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>

expansão do trabalho assalariado, a relação contratual entre indivíduos formalmente iguais e livres, trouxe consigo a ideologia da igualdade e da liberdade formais. Na verdade, essa ideologia, que nos planos jurídico e político nega a desigualdade fundamental e a falta de liberdade da relação econômica capitalista, sempre foi elemento vital da hegemonia do capitalismo (...) Foi precisamente a pressão estrutural contra a diferença extra-econômica que tornou necessário justificar a escravidão excluindo da raça humana os escravos, tornando-os não-pessoas alheias ao universo normal da liberdade e da igualdade. Talvez porque o capitalismo não reconheça diferenças extra-econômicas entre seres humanos, tenha sido necessário fazer as pessoas menos que humanas para tornar aceitáveis a escravidão e o colonialismo que eram tão úteis ao capital naquele momento histórico” (Wood, 2003, p. 230-231)

Outro fator histórico importante, para compreender o racismo no Brasil, é a forma como ocorreu a Abolição da escravidão. A respeito desse fato, as palavras de José Murilo de Carvalho são esclarecedoras: “A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos corresponde o desfavorecimento e a humilhação de muitos” (2002, p.53).

A abolição da escravidão no Brasil foi realizada segundo os interesses da elite dominante que passava a ver no trabalho escravo um grande obstáculo à modernização e ao desenvolvimento do capitalismo. A incompatibilidade do regime escravocrata ao desenvolvimento capitalista é que levou à abolição, e dessa forma, seria mais correto afirmar que a elite econômica do país é que se livrou dos escravos e não o contrário, pois, depois da abolição os negros foram abandonados à sua própria sorte, sem que a sociedade lhe assegurasse mínimas condições de sobrevivência. A abolição veio ampliar a já imensa maioria da população marginalizada e socialmente oprimida, uma vez que

“aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos” (Carvalho, 2002, p. 52).

Mas como explicar a existência do racismo na atualidade? O capitalismo contemporâneo baseia-se na competição social em busca de privilégios, status, poder e ascensão social que acaba por jogar os trabalhadores uns contra os outros, dividindo-os e enfraquecendo-os. Além disso, é de extrema importância para o funcionamento do capitalismo e de sua extração de mais-valor a existência de níveis salariais diferenciados que acabam por serem fornecidos pela ideologia racista, que dessa forma procura justificar os baixos salários dos trabalhadores negros em relação aos trabalhadores brancos e, conseqüentemente, criar conflitos entre os trabalhadores, dividindo-os. É, portanto, nesse sentido que o racismo fortalece o capitalismo, ou seja, dividindo a classe explorada para melhor dominá-la. Dessa forma, portanto,

“os trabalhadores são obrigados, devido a existência do exército industrial de reserva, a competir pelo emprego. Isto cria conflitos internos na classe trabalhadora e a preferência dos empregadores pelo trabalhador branco provoca conflitos raciais que ofuscam a verdadeira causa do desemprego e dos baixos salários – o que é a dinâmica do modo de produção capitalista – e amortecem a luta de classes” (Viana, 1994, p. 12)

Não só os trabalhadores negros tendem a perder com o racismo, mas também os trabalhadores brancos, pois a idéia de que os trabalhadores brancos se beneficiam do

racismo, não passa de uma ideologia da classe dominante para ocultar o verdadeiro interesse que as mesmas possuem na manutenção do racismo, que tem como único objetivo manter as classes exploradas - formadas tanto por trabalhadores brancos quanto por trabalhadores negros - desunidas na luta contra a opressão. Segundo Callinicos,

“O racismo ajuda a manter o capitalismo funcionando, e assim perpetua a exploração dos trabalhadores, brancos e negros. Os trabalhadores brancos aceitam idéias racistas não porque lhe tragam benefícios, mas por causa do modo pelo qual a competição no mercado de trabalho entre grupos diferentes de trabalhadores é reforçada pelos esforços conscientes e inconscientes dos capitalistas, engendrando divisões raciais em larga escala. No máximo, o que trabalhadores brancos recebem é o consolo imaginário de serem membros da raça superior, o que contribui para que não percebam quais são os seus interesses reais”.<sup>3</sup>

Sendo assim, o racismo só pode ser abolido através de uma revolução social na qual tanto negros quanto brancos estejam unidos na luta contra seu explorador comum e numa frente de batalha mais ampla entre oprimidos e opressores que caracteriza a história da sociedade humana e da superação de toda desigualdade que se baseia na realidade material gerada pelo capitalismo. Dessa forma, o racismo só pode ser superado com a superação do próprio capitalismo.

Porém, torna-se necessário explicitar a origem do racismo e sua lógica no capitalismo contemporâneo – divisão da classe trabalhadora, níveis salariais diferenciados e conforto psicológico aos trabalhadores brancos – para que os trabalhadores superem suas divisões raciais e, assim, fortaleça a luta contra o capitalismo, seu verdadeiro inimigo.

#### **Referências Bibliográficas:**

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e Racismo**. Site Luta Global – <http://socialista.tripod.com>

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil – O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, R. Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

VIANA, Nildo. **Capitalismo e Racismo**. *Revista Ruptura*. Ano 2, No 03, Dez. 1994.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia Contra Capitalismo – A Renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo: BoiTempo, 2003

Lisandro Braga

Historiador e Cientista Político

<sup>3</sup> Callinicos, Alex. Capitalismo e Racismo. Site Luta Global, <http://socialista.tripod.com>